



Apresentação Dossiê: Políticas Educacionais para Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas

Presentation Dossier: Educational Policies for Adolescents in Compliance with Socio-Educational Measures

Presentación de Dossier: Políticas Educativas para Adolescentes en Cumplimiento de Medidas Socioeducativas

Maria Nilvane Fernandes¹
Rafael Ferreira de Souza Honorato²
Ana Cláudia da Silva Rodrigues³

Citação: FERNANDES, Maria Nilvane; HONORATO, Rafael Ferreira de Souza; RODRIGUES, Ana Cláudia da Silva. Apresentação Dossiê: Políticas educacionais para adolescentes em cumprimento de Medidas socioeducativas. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 19, e98081. Fevereiro de 2025.



<https://doi.org/10.5380/jpe.v19i1.98081>

Apresentação

O dossiê “**Políticas Educacionais para Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas**” reúne análises sobre os desafios e as possibilidades das políticas públicas educacionais voltadas ao atendimento de adolescentes

¹ Doutora em Educação. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, AM, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3420-2714>. E-mail: nilvane@gmail.com.

² Doutor em Educação. Universidade Estadual da Paraíba. Monteiro, PB, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6196-0211>. E-mail: rafaelhonorato@servidor.uepb.edu.br.

³ Doutora em Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6621-1861>. E-mail: ana.rodrigues@academico.ufpb.br.

responsabilizados por atos infracionais. Organizado pela professora Dra. Maria Nilvane Fernandes (UFAM), pelo professor Dr. Rafael Ferreira de Souza Honorato (UEPB) e pela professora Dra. Ana Cláudia da Silva Rodrigues (UFPB), o dossiê aborda questões centrais relacionadas ao Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), destacando a educação como um dos pilares fundamentais do atendimento socioeducativo.

Adotando uma perspectiva intersetorial, os textos exploram como a articulação entre as secretarias de educação e os órgãos gestores das medidas socioeducativas pode garantir a inserção escolar, assegurando direitos fundamentais e promovendo o desenvolvimento dos adolescentes. Essa articulação é crucial para que a educação cumpra seu papel de contribuir para a reconstrução de trajetórias de vida em contextos marcados pela vulnerabilidade e exclusão social.

Reconhece-se, entretanto, que aprimorar os processos educativos nesse contexto é uma tarefa desafiadora e complexa, uma vez que as políticas educacionais estão profundamente inseridas em dinâmicas políticas, culturais, históricas e sociais mais amplas. Assim, foi essencial adotar abordagens que problematizam as relações de poder, os discursos e as diferenças que permeiam o desenvolvimento de políticas, ampliando as possibilidades de práticas educativas inclusivas.

Os textos apresentados no dossiê resultam de investigações sobre as políticas educacionais direcionadas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, tanto em meio aberto quanto em contextos de privação ou restrição de liberdade. Essas análises consideraram os marcos legais que sustentam essas políticas, com destaque para a Resolução nº 119/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), a Lei nº 12.594/2012, que instituiu o SINASE, e a Resolução nº 3/2016 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB). Esses dispositivos fornecem diretrizes e princípios essenciais para a educação no contexto socioeducativo, garantindo o acesso à educação e promovendo práticas pedagógicas voltadas para a inclusão e a formação dos adolescentes.

Além do arcabouço normativo, o dossiê examina os modelos educacionais implementados nas unidades socioeducativas, as práticas de gestão escolar e os programas de meio aberto, considerando os desafios enfrentados pelos profissionais da educação e as perspectivas para o futuro.

Nesse cenário, o texto **“Política de Educação para Adolescentes em Privação de Liberdade: uma reflexão sobre o sistema socioeducativo de Angola”**, escrito por

Rafael Ferreira de Souza Honorato, da Universidade Estadual da Paraíba, e António Luís Julião, da Universidade Katyavala Bwila, apresenta o cenário das políticas educacionais voltadas à delinquência juvenil em Angola, agravada por fatores como desigualdades sociais, desemprego e falta de oportunidades. A problemática analisada reflete a negação de direitos fundamentais por parte do Estado e da sociedade, especialmente no que tange à educação de adolescentes em situação de privação de liberdade. Baseando-se em uma abordagem qualitativa e utilizando-se dos métodos analítico-sintético-críticos, o artigo analisa a legislação angolana e discute os desafios na garantia dos direitos à educação, proteção social, infraestrutura, formação de recursos humanos especializados e melhoria dos métodos socioeducativos. Embora alguns avanços tenham sido alcançados no quadro normativo nacional e no compromisso com convenções internacionais, o texto destaca a necessidade de fortalecer as medidas socioeducativas como ferramentas preventivas e interventivas, de modo a assegurar os direitos fundamentais e reduzir a reincidência entre adolescentes em conflito com a lei.

Na sequência, o manuscrito intitulado “**A escola na Socioeducação: estrutura e funcionamento**”, de autoria de Maria Nilvane Fernandes (Universidade Federal do Amazonas) e Elizabeth Trejos-Castillo (Texas Tech University), discute a oferta da educação escolar como direito de adolescentes, com idade de até 17 anos, no contexto da Socioeducação. O texto baseia-se em fontes que compõem o repositório do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão e foram selecionadas com um único critério: a coleta de informações nacionais sobre o número de adolescentes, com recorte nos dados da educação escolar. A análise realizada revelou que, entre 1990 e 2010, as instituições de atendimento socioeducativo ofereciam uma educação escolar precária, sendo que os levantamentos realizados não possuíam informações suficientes para permitir uma coleta qualificada de dados. Ao longo de 20 anos, apenas quatro documentos traçaram um perfil escolar desse grupo, mas as coletas nem sempre conseguiram identificar de maneira adequada esse perfil. Além disso, as informações obtidas divergem em relação à organização do sistema de ensino no Brasil. Nesse contexto, o modelo escolar adotado nas instituições de privação de liberdade pode ser descrito como uma espécie de improviso da política educacional vigente, no que se refere à gestão, ao espaço físico, ao currículo, à carga horária mínima, à operacionalização da matrícula e ao acesso ao material pedagógico. Nesse aspecto, a escola da privação de liberdade servia mais como uma

atividade ocupacional para os adolescentes do que como uma verdadeira atividade escolar no sentido qualificado do termo.

Logo após, o texto intitulado "**É bem limitada a visão de futuro que eles têm...**" **Políticas curriculares para a educação integral no sistema socioeducativo da Paraíba**", das autoras Ana Cláudia Silva Rodrigues, Adriège Matias Rodrigues e Abigail Sales da Costa Rocha, todas da Universidade Federal da Paraíba, discute o sistema socioeducativo a partir do Programa Escola Cidadã Integral, instituído na Paraíba. O objetivo do estudo foi analisar a Política Curricular da Educação Integral em uma instituição socioeducativa feminina em João Pessoa/PB, explorando como diferentes tipos de políticas são interpretados, traduzidos e reconstruídos nas redes formadas no cotidiano da instituição. A pesquisa, de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, utilizou conversas como caminho metodológico e análise documental. O estudo se concentrou nas dimensões contextuais da atuação da política, levando em consideração o contexto da prática e as relações entre os sujeitos da instituição, como docentes, gestores e coordenadores. A partir das conversas e partilhas de experiências e conhecimentos dos atores envolvidos, foi possível identificar as criações curriculares e os modos de existir que divergiam da política educacional proposta, permitindo uma reflexão sobre os contextos situados, culturas profissionais e os desafios enfrentados. Ao final da pesquisa, observou-se que as redes de conversação no cotidiano escolar ajudaram a potencializar as problematizações coletivas, abordando múltiplos contextos e dificuldades. Apesar das restrições impostas pela infraestrutura, pela gestão da política na rede estadual e pela cultura organizacional da escola, ficou evidente que a política curricular vivida pelos sujeitos transborda os limites da política formal, rompendo as desigualdades vivenciadas cotidianamente e desafiando as condições adversas para possibilitar novas perspectivas no contexto socioeducativo.

Em seguida, o texto "**Políticas Educacionais e Socioeducativas no Pará: a extensão universitária como estratégia para a inclusão**", de Erika Pimentel da Silva, Manuelle Inez de Sousa Borges e Willian Lazaretti Conceição, da Universidade Federal do Pará, analisa de que forma um projeto de extensão universitária pode contribuir com o processo educacional desenvolvido no Centro Juvenil Masculino de Ananindeua, no estado do Pará, explorando as possíveis implicações dessas intervenções para o desenvolvimento integral dos adolescentes. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, com base na pesquisa-ação, e foram realizados oito

encontros semanais, cada um abordando temáticas como identidade, pertencimento, cidadania e educação em direitos humanos. A técnica do "Livro da Vida" foi adotada para permitir que os adolescentes ressignificassem suas experiências educacionais, facilitando não apenas sua reintegração social, mas também o planejamento de um projeto de vida que refletisse suas próprias perspectivas. O artigo conclui que, por meio das políticas educacionais que garantem o direito à educação em ambientes socioeducativos, é possível criar espaços pedagógicos que não só promovem a emancipação e reduzem a distorção idade-série, mas também combatem o abandono escolar e enfrentam adversidades socioeconômicas. Essas práticas reafirmam a educação como uma ferramenta essencial de ressocialização e transformação social, destacando ainda a importância da aproximação da Universidade com a comunidade, especialmente em contextos tão desafiadores.

Ato contínuo, o estudo "**Uma análise documental do Caderno Práticas de Tratamento Penal nas Unidades Penais do Paraná: interface com o enunciado ressocializador**", de Marta Cossetin Costa, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e da Secretaria da Segurança Pública do estado do Paraná, reflete sobre as recomendações quanto às práticas assistenciais nas unidades penais, a partir do Caderno Práticas de Tratamento Penal nas Unidades Penais do Paraná, com foco nas instituições de privação de liberdade do estado. A análise é realizada por meio de pesquisa documental, considerando o Caderno em interlocução com a literatura especializada. Como resultado, o estudo aponta que o material em questão reflete uma perspectiva de ressocialização das pessoas privadas de liberdade, com ênfase na tríade trabalho, educação e saúde. No entanto, o enunciado dessa ressocialização está centrado nas condutas e nos méritos individuais do sujeito, o que acaba por dissimular o caráter disciplinador e adaptador imposto pelo sistema prisional, voltado para o trabalho e a exploração das pessoas privadas de liberdade. Além disso, destaca-se que as relações nacionais e internacionais influenciam as orientações preconizadas no Caderno investigado, evidenciando a complexidade e as contradições das práticas de ressocialização no contexto penal.

Logo após, o texto intitulado "**Formalismo jurídico e os mecanismos de exclusão escolar dos estudantes privados de liberdade no DF**", de Liana Correia Roquete Albuquerque, da Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania do Distrito Federal, e Maria Abádia da Silva, da Universidade de Brasília, analisa como o direito à educação é subtraído no processo de implementação da política de escolarização voltada aos

estudantes/socioeducandos privados de liberdade nas Unidades de Internação Socioeducativa do Distrito Federal. O estudo revela as contradições entre a política formal, descrita na legislação, e a política materializada no cotidiano das escolas, destacando as limitações e desafios enfrentados pelos estudantes para acessar as atividades escolares durante o cumprimento da medida socioeducativa de internação. A partir do Método Histórico-Dialético e de dados empíricos, a pesquisa investiga como as políticas de educação básica e as medidas socioeducativas reproduzem as relações materiais e sociais de produção. A investigação conclui que persistem mecanismos que restringem o direito à educação, com gestores e profissionais naturalizando as barreiras ao acesso e à permanência dos jovens na escola. Além disso, observa-se que o formalismo jurídico, que preconiza a igualdade perante a lei, acaba por ocultar e dissimular as limitações do direito à educação, inserindo-o nas contradições da sociabilidade capitalista.

Na sequência, o artigo "**Políticas educacionais para adolescentes em privação de liberdade: entre a demarcação legal e a efetivação do direito à Educação no estado do Paraná por meio do Proeduse**", de autoria de Márcia Cossetin, Margarete Chimiloski Dolla, Mariza Scheffer Freire e Ireni Marilene Zago Figueiredo, discute o direito à educação de adolescentes privados de liberdade nos sistemas de socioeducação, analisando tanto os marcos legais que o fundamentam quanto a proposta educacional delineada pelo Programa de Educação nas Unidades Socioeducativas (PROEDUSE) no estado do Paraná. O estudo examina como a escolarização desses adolescentes é organizada a partir do modelo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), utilizado também nas escolas externas às unidades socioeducativas, e problematiza em que medida essa estrutura atende às particularidades do contexto de privação de liberdade. Com base em uma pesquisa documental e bibliográfica, sustentada pelo materialismo histórico-dialético, o artigo investiga as condições históricas que configuram esse direito e suas materializações nos espaços socioeducativos. A análise evidencia a necessidade de uma abordagem educacional que vá além da garantia do acesso, contemplando também a permanência e a adequação do processo de escolarização às especificidades desses adolescentes. As autoras apontam que, apesar dos avanços legais, ainda há desafios na efetivação do direito à educação nesse contexto, tornando fundamental o fortalecimento das políticas públicas voltadas a essa população.

Por fim, o texto intitulado **"Nada é fácil nessa vida': Desigualdades (socio)educacionais nas percepções de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas"**, de Mariana Tafakgi Fragoso Silva e Eduardo Ribeiro da Silva, integra uma investigação mais ampla que visa estudar as relações entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e a educação escolar. A pesquisa analisou, mais especificamente, as trajetórias escolares desses adolescentes e suas percepções sobre a experiência educacional. O estudo procurou situar os adolescentes em relação a um possível afastamento das instituições escolares, processo denominado de “desinserção escolar”, e investigou os valores e representações sobre o papel da escola e da educação, conforme evocados pelos próprios interlocutores. A principal base empírica da pesquisa foi uma entrevista coletiva realizada com um grupo de adolescentes cumprindo medida socioeducativa de internação na cidade do Rio de Janeiro. Como resultados, observou-se que os adolescentes apresentam percepções depreciativas sobre a experiência escolar, acionadas por trajetórias educacionais erráticas, marcadas por expulsões irregulares, fracassos sucessivos, discriminação e estigmatização. Além disso, notou-se uma percepção de dificuldades relacionadas a contextos desfavoráveis, com os adolescentes associando sua experiência escolar a uma representação social negativa da escola pública, continuamente reforçada por suas vivências pessoais e as dificuldades encontradas ao longo de sua trajetória.

Esperamos que este dossiê possa instigar novas pesquisas, fomentar reflexões e contribuir para o aprofundamento do debate sobre as políticas educacionais voltadas aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Assim, convidamos educadores, pesquisadores e todos aqueles interessados pela temática a explorar as contribuições aqui apresentadas, com a expectativa de que este dossiê se torne uma ferramenta para o fortalecimento da educação como direito fundamental para todos os jovens.

Boa leitura!

*Recebido em Janeiro 2025
Aprovado em Janeiro 2025
Publicado em Fevereiro 2025*
